

Publicação da Confederação Nacional de Municípios – julho de 2012

Pacto Federativo e *royalties*: É possível acreditar?



Nesta edição:

- Prefeitos aguardam divulgação dos pesos de ponderação do Fundeb.
- Música, clima e robótica viram estímulos para os alunos mineiros.
- CNM pede novo prazo para entrega dos Planos Nacionais de Resíduos Sólidos.

Congresso Nacional

A longa espera pelos *royalties* e pelo Pacto Federativo está no fim?

O primeiro semestre de atividades no Congresso Nacional resultou em votações importantes, como o novo Código Florestal, medidas provisórias que abriram crédito para setores de Educação e Infraestrutura, além da recém-aprovada Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). No entanto, matérias reivindicadas pelo movimento municipalista, em especial o projeto de redistribuição dos *royalties* de petróleo, ficaram fora da Pauta das Casas Legislativas. Isso contraria a promessa feita pelos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Marco Maia (PT-RS) e José Sarney (PMDB-AP).

O Projeto de Lei (PL) 2.565/2011 chegou a ser pautado na Câmara, no dia 27 de junho, graças a um acordo entre os líderes partidários. Naquela quarta-feira, Marco Maia declarou que a decisão foi unânime. “Não houve nenhum líder, durante a reunião que tenha se oposto à votação desta matéria, que é importante para o Brasil, dialoga com os nossos Municípios e, principalmente, com as demandas da sociedade brasileira.”

Apesar dos esforços feitos pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), ao convocar os prefeitos para entrar em contato com os deputados e pedir a aprovação do PL, a votação não ocorreu. O motivo foi a falta de quórum no Plenário. Para a aprovação do projeto, eram necessários 257 deputados (maioria simples). Na tarde do dia 27, o painel de controle registrou a presença de 270 parlamentares, todavia, houve obstrução por parte da base governista. Apenas 187 deputados estavam realmente presentes na sessão, derrubada após a verificação de quórum.

PAUTA

A Comissão de Especialistas que discute o Pacto Federativo deve priorizar no segundo semestre do ano os projetos referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a redistribuição dos *royalties* de petróleo. De acordo com



Agência Câmara

a nota divulgada pelo Senado, o novo modelo de distribuição do FPE deve ser apresentado em proposição e essa decisão influencia diretamente o Projeto de Lei (PL) dos *royalties* — 2.565/2011.

Dois novos modelos de distribuição do FPE estão em discussão: o que busca equalizar as receitas estaduais e o que se baseia em indicadores de desenvolvimento. Qualquer que seja adotado, a Comissão deve apresentar um mecanismo de transição, a fim de evitar a mudança brusca. Esta questão tem urgência de tramitação, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a forma atual de distribuição do Fundo tem validade somente até 31 de dezembro deste ano.

A vinculação com o PL dos *royalties* é simples. O projeto determina a redistribuição por meio dos critérios do FPE e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), por isso a importância em aprovar primeiro novos critérios para o Fundo dos Estados. Porém, antes de voltar ao Senado, o PL 2.565/2011, que aguarda inclusão na Ordem do Dia desde novembro de 2011, deve ser votado pelos deputados.

DÍVIDAS DOS ESTADOS E GUERRA FISCAL

As dívidas dos Estados com a União e a Guerra Fiscal — especialmente com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) — foram

os temas debatidos inicialmente pela Comissão de Especialistas no primeiro semestre de 2012.

Em abril, por meio do trabalho da Comissão, a chamada “guerra dos portos” teve fim com a unificação em 4% das alíquotas do ICMS sobre produtos importados. A medida passa a valer a partir de janeiro de 2013. Além disso, novos critérios para a distribuição do ICMS do comércio eletrônico, antes recolhido integralmente pelo Estado-sede da empresa vendedora, também foram aprovados.

No caso das dívidas, chegou-se ao consenso de que um novo índice de reajuste deve ser seguido, possivelmente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Assim, a taxa de juros cairia para 3% ao ano, metade da atual. O total das receitas estaduais comprometidas com a dívida também diminuiria de 13% para 11%.

OBJETIVOS

A Comissão, presidida pelo ex-ministro do STF, Nelson Jobim, foi criada em março após requerimento do senador Pedro Taques (PDT-MT). O objetivo é discutir a relação entre cada um dos entes federados — União, Estados e Municípios —, o chamado Pacto Federativo. Os integrantes têm até o dia 22 de setembro para entregar quatro propostas, uma para cada tema debatido. Elas serão avaliadas e votadas pelos congressistas.

Código Florestal

A retirada da Competência do plano diretor e da lei de uso do solo urbano do Município na definição das Áreas de Proteção Permanente (APPs) da área urbana preocupa a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e alguns senadores. A senadora Ana Amélia (PP-RS) aponta esta questão como uma lacuna no relatório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) sobre a Medida Provisória 571/2012, que complementa a lei do novo Código Florestal.

Originalmente, a MP enviada ao Congresso para fazer ajustes no novo Código Florestal, que sofreu alguns vetos, mantinha sob a responsabilidade do Município a definição das APPs em áreas urbanas. O relator, entretanto, suprimiu os parágrafos 9º e 10º do artigo 4º da MP, que tratavam do assunto.

Alertada pela CNM para o vazio jurídico que a retirada poderia causar, a senadora informou que já apresentou dois destaques para votação em separado preservando a autonomia do Município na definição, no seu plano diretor, dessas áreas de preservação permanente. A votação dos destaques ao projeto de lei de conversão em que foi transformada a MP deve ocorrer no dia 7 de agosto.

Ana Amélia ressaltou a “situação esdrúxula” criada a partir de um vazio de legalidade, que provoca insegurança jurídica, prejudicando o administrador municipal. Ela explicou que a inexistência de lei vai impedir projetos de desenvolvimento da construção civil, por exemplo. A senadora lembrou que, com a retirada dessa matéria do Código Florestal, os mesmos critérios para a APP em área rural serão aplicados na área urbana.

Mais de 70 congressistas disputam as eleições municipais de 2012

Levantamento feito pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) aponta que 75 parlamentares concorrem nas eleições deste ano — 70 ao cargo de prefeito e cinco a vice-prefeito. Ao todo, 70 deputados e 5 senadores devem trocar o Poder Legislativo pelo Executivo municipal. A pesquisa teve como base as informações do *Divulgacand 2012*, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e ainda podem ser alteradas até 30 dias antes das eleições.

Segundo o levantamento, 38 congressistas disputam a administração de capitais brasileiras. Os senadores Humberto Costa, Inácio Arruda, Wellington Dias, Cícero Lucena e Vanessa Grazziotin, por exemplo, disputam respectivamente as prefeituras de Recife (PE), Fortaleza (CE), Teresina (PI), João Pessoa (PB) e Manaus (AM).

No caso das candidaturas a vice-prefeito, cinco deputados concorrem em João Pessoa (PB), Recife (PE), Fortaleza (CE), Teresina (PI) e Curitiba (PR).

Partidos — Os partidos com maior número de candidatos a esses cargos municipais são: Partido dos Trabalhadores (PT), com 12 nomes; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com 11 indicados; seguidos pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), com 8 parlamentares cada.

Como o TSE ainda está em fase de cadastro, porque os registros de candidaturas são feitos nos Tribunais Regionais Eleitorais (TRES), esses números podem sofrer alterações, com a impugnação ou dissidência de candidatos, por exemplo.

Eleições 2012

Eleições: Ficha Limpa e proibições nas campanhas são dois destaques desta edição

O grande desafio nas Eleições 2012 será a aplicação da Lei da Ficha Limpa. A afirmação é da presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, feita durante visita ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), no início de julho.

De acordo com a ministra, como a lei é nova, não há ainda jurisprudência consolidada sobre o tema. Por isso, Cármen Lúcia disse que tanto o TSE como os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) estão de portas abertas para prestar suporte permanente aos juízes eleitorais e pedir que eles tenham bastante cautela ao julgar os processos que tratam da Lei da Ficha Limpa.

Ela ressaltou que conta com o espírito cívico da população para que a judicialização do processo eleitoral seja menor, e com o apoio do Ministério Público, que atua fiscalizando. Ela também afirmou que a luta dos servidores públicos federais é uma causa justa, na qual está se empenhando em resolver por considerar muito séria. Em relação à imprensa, defendeu a participação livre do setor.

Apesar da preocupação da presidente, o TSE decidiu que a falta de aprovação de contas de cam-

panha não impede a obtenção, pelos candidatos, da certidão de quitação eleitoral e do registro de candidatura nas eleições de 2012. O resultado – por maioria de votos – foi obtido com base na legislação eleitoral, a qual estabelece que a certidão de quitação eleitoral abrange exclusivamente a apresentação de contas de campanha.

Para evitar problemas com as propagandas eleitorais, os gestores devem ficar atentos às orientações legais. A Lei das Eleições 9.504/1997 e a Resolução TSE 23.370/2011 tratam das regras de propaganda eleitoral que partidos, coligações e candidatos precisam seguir.

A propaganda eleitoral dos candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador nas Eleições 2012 foi liberada no dia 6 e eles devem atentar para as seguintes proibições:

- propaganda em *outdoors*, *showmícios* ou eventos assemelhados para a promoção de candidatos e a apresentação, remunerada ou não, de artistas com o objetivo de animar comício e reunião eleitoral;

- a produção, o uso e a distribuição de brindes, camisetas, chaveiros, bonés, canetas, cestas básicas ou outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor;
- qualquer tipo de propaganda eleitoral nos bens públicos; de uso comum, como postes de iluminação, sinais de trânsito, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus, entre outros, ou naqueles cujo uso dependa do poder público;
- qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet. A propaganda eleitoral não é permitida, ainda que de forma gratuita, em *sites* de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, e em *sites* oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- a propaganda que degrade ou ridicularize candidatos durante o horário eleitoral gratuito – de 21 de agosto a 4 de outubro.



Institucional

Ziulkoski fala sobre Lei de Acesso à Informação

A implementação que a Lei de Acesso à Informação – 12.527/2012 – exige dos Municípios brasileiros foi um dos assuntos do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, durante encontros com gestores gaúchos. No dia 19 de julho, o líder municipalista esteve na Associação dos Municípios das Missões (AMM). E, no dia 20, com os integrantes da Associação dos Municípios da Zona da Produção (Amzop).

Ziulkoski destacou: “a lei assegura ao cidadão acesso a todas as informações públicas que não estejam sob sigilo, de forma clara e de fácil entendimento e acesso”. Para isso, o texto legal prevê a criação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e estabelece a realização de audiências e consultas públicas.

De acordo com levantamento da CNM, todos os 496 Municípios gaúchos responderam a pesquisa, em que 167 deles afirmaram já ter implantado a Lei de Acesso à Informação, mas apenas 90 criaram o SIC.

O impacto do projeto que estabelece direitos trabalhistas aos conselheiros tutelares – o PLS 278/2009 – foi parte da palestra. Levantamento da CNM prevê impacto anual de R\$ 277 milhões a R\$ 554 milhões nos cofres municipais, apenas com as remunerações estabelecidas para os conselheiros. A medida estabelece direitos como: cobertura previdenciária, férias remuneradas, acrescidas de 1/3 do valor da remuneração mensal, licença maternidade, licença paternidade, 13º salário e tempo de mandato estendido de três para quatro anos. O PLS aguarda sanção presidencial.

Em sua apresentação, Ziulkoski abordou a questão dos *Royalties* de Petróleo, das Finanças, dos Convênios com a União, dos Pisos Salariais, dos Restos a Pagar, do Meio Ambiente, de Encontro de Contas da Previdência, da Guerra Fiscal e das Condutas Vedadas no Último Ano de Mandato.

Sobre os *royalties*, ele explicou que o projeto do senador Wellington Dias (PT-PI) – elaborado em conjunto com a CNM e aprovado pelo Plenário – traz muitos recursos novos para os Estados e os Municípios não confrontantes. Se o texto tivesse sido aprovado pela Câmara, os Municípios já seriam beneficiados este ano, e, nos próximos, os recursos aumentariam significativamente, passando dos atuais R\$ 870 milhões para R\$ 8,07 bilhões em 2012 e mais de R\$ 40 bilhões em 2022.

ESTIMATIVA DO FPM – Entre outras questões financeiras, o presidente da CNM falou do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). “O estimado para o ano era R\$ 76,7 bilhões, mas, com a primeira reprogramação orçamentária do governo, a estimativa caiu para R\$ 73,8 bilhões, queda de 3,8%”, disse. Ziulkoski lembrou que Fundo somou R\$ 35,8 bilhões no primeiro semestre. “Projetamos o valor de R\$ 37,1 bilhões para este segundo semestre, e o total do ano de R\$ 73 bilhões”, calculou.

“Os efeitos da crise econômica serão sentidos de forma muito forte pelas administrações municipais, a partir do ano de 2014”, avisou Ziulkoski.

De acordo com as estimativas do governo, a renúncia da arrecadação do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), até junho de 2012, vai ultrapassar os R\$ 2 bilhões, acarretando um impacto negativo no FPM de R\$ 482 milhões. No Rio Grande do Sul, a situação fica ainda pior. Ele acrescentou que a diminuição da arrecadação das prefeituras gaúchas decorre, também, em função da forte estiagem registrada no primeiro semestre deste ano.

“No Estado do RS, o impacto da desoneração será de R\$ 32,6 milhões, e o impacto nos 21 Mu-



AMM - Associação dos Municípios das Missões

nicipios da Amuceleiro é de R\$ 959 mil, e, para os 42 Municípios da Amzop, o impacto chega a R\$ 1,8 milhões”, detalhou. Ele informou que o impacto das duas associações somam R\$ 2,8 milhões, que representam 8,9% do total do RS.

O presidente da CNM afirmou que o governo federal e Congresso estão tomando medidas para inibir a Guerra Fiscal entre os Estados. “Como de praxe, as medidas estão sendo discutidas e decretadas sem que em nenhum momento os Municípios que são donos de 25% do ICMS tenham sido convidados a opinar”, reclamou.



AMZOP

Finanças

Delta do Parnaíba:

O Delta do Parnaíba é conhecido por sua beleza única e é roteiro para milhares de turistas em todo o Brasil. Antes de desaguar no oceano, o rio Parnaíba se divide em cinco braços diferentes. Durante uma visita, é comum ver uma figura típica da região, o catador de caranguejo-uçá. Não raro, é possível avistar alguns deles cheios de lama pelo corpo. É a lama que protege os catadores dos mosquitos que dividem o local com o crustáceo, cujo destino é, em sua maioria, as mesas e os supermercados.

Além de linda, a região que guarda o único delta do mundo em mar aberto também dá exemplo de como crescer de forma sustentável. A exploração do caranguejo-uçá – muito apreciado pela culinária – tem ajudado a melhorar a renda municipal de mais de 4,5 mil catadores. A exploração do crustáceo no Delta do Parnaíba é de cerca de 20 milhões de unidades por ano.

Para o prefeito de Parnaíba (PI), Hamilton Branco, a industrialização sustentável do caranguejo vai orientar os catadores a valorizar o produto. “Eles aprendem a não catar os pequenos, nem as fêmeas. Isso vai ajudar a manter a fonte de renda. Não queremos que aconteça aqui, como em outros lugares, a extinção do caranguejo”, defende Branco.

O prefeito ainda destaca que a comercialização do produto é importante como incentivo para a população local se desenvolver, especialmente os catadores, e dar vazão de forma ordenada à produção. “O trabalho é feito de maneira rudimentar, os animais são retirados do mangue de forma manual”, conta.

O prefeito explica que, para isso, os catadores ficam em contato direto com a lama por várias horas, estendendo-se no chão frio, o que pode ser nocivo à saúde. Ele afirma que, de acordo com a época do ano, são capturadas cerca de 70 unidades por catador ao dia, isso na época de maior produção. Muitos catadores conseguem ganhar até R\$ 600 por mês.



Governo do Estado do Amapá

SUSTENTÁVEL

Para melhorar esse cenário, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) contratou consultores para analisar a matéria-prima, o potencial de produção de caranguejo-uçá e as instalações de processamento de pescado daquela região para avaliar a possibilidade de industrialização de caranguejo no Delta do Parnaíba.

Os estudos confirmaram os problemas de mortalidade que ocorrem na cadeia produtiva do caranguejo e as precárias condições do processamento artesanal do crustáceo. Além disso, confirmou-se o potencial da matéria-prima e a existência de indústrias de beneficiamento do camarão na região em condições de processar caranguejo.

Esses métodos tradicionais de captura, juntamente com o armazenamento e o transporte inadequados até os revendedores finais, contribuem para uma grande mortalidade desses crustáceos, estimada entre 40% e 60%. Quando não é transportado vivo, o caranguejo é beneficiado na própria região em instalações artesanais geralmente desprovidas de condições adequadas de higiene.

MAIOR EXPLORADOR DO PAÍS

A região, que é a maior exploradora de crustáceos no País, também buscou melhorar a criação do caranguejo aplicando novas tecnologias e criando novos produtos. Mais de 300 consumidores de Parnaíba, Recife e Fortaleza aprovaram os nove produtos criados à base de caranguejo-uçá.

O projeto de industrialização do caranguejo busca reduzir de forma significativa a mortalidade que ocorre ao longo da cadeia produtiva. O dado que mais chama a atenção, e que justifica os esforços no sentido de buscar alternativas para essa atividade, é que cerca de 55% dos animais, após capturados, são perdidos antes de chegarem ao consumidor devido às más condições de transporte e manuseio.

O objetivo é aproveitar o complexo industrial da própria região e, como consequência, reduzir o esforço de captura e melhorar a sustentabilidade da exploração do caranguejo-uçá.

Além disso, visa a incrementar a renda e a profissionalização do setor, melhorando as condições de vida das populações dedicadas a essa atividade extrativista, aprimorar e garantir a qualidade

beleza e negócios sustentáveis

sanitária dos produtos colocados no mercado, aumentar o tempo de prateleira e regularizar a oferta de produtos do caranguejo-uçá nos mercados tradicionais, além de abrir novos mercados.

Para apoiar os catadores, foi construído um Centro de Recepção e Comercialização de Caranguejos do Município de Ilha Grande que atende a catadores de toda a região. A prefeita de Ilha Grande, Joana D'arc, afirma que o caranguejo é base da economia local do Município e também o artesanato. "Nossa cooperativa de catadores faz um excelente trabalho junto aos órgãos ambientais e com capacitação para que a caça não seja predatória, por exemplo, nas épocas de reprodução. Procuramos dar todo o suporte para a categoria, pois existem muitos catadores no Município, são mais de 700", explica a prefeita.



Prefeitura de Mucuri



Prefeitura de Ilha Grande

Festival do Caranguejo

O caranguejo é motivo de festa no Município, que realiza um festival durante o dia 15 de novembro. A programação do evento envolve atividades de turismo ecológico e de aventura, gastronomia, cultura e artesanato. Um concurso gastronômico escolhe o melhor prato à base de caranguejo. O Município, com pouco mais de nove mil habitantes, ganha quase quinze mil visitantes durante o festival, que aproveitam para conhecer as delícias da culinária local, claro, tudo feito com caranguejo. O primeiro lugar do concurso gastronômico de Ilha Grande foi para a cozinheira Maria do Socorro Damasceno, com a receita Delícia de caranguejo gratinado.



Governo do Pará

Educação

Prefeitos esperam nova ponderação do Fundeb

Os pesos de ponderação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para o exercício de 2013 devem ser divulgados até o dia 31 de julho. A publicação é uma das obrigatoriedades impostas pela Lei do Fundeb, a Lei Federal 11.494/2007. O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, disse esperar que as ponderações sejam definidas e publicadas o quanto antes, porque os gestores aguardam essa posição do governo.

De acordo com o texto legal, os pesos de ponderação devem ser definidos todo ano. O objetivo é diferenciar o custo para a manutenção dos alunos de cada uma das etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica.

Em 2012, apenas duas etapas tiveram seus valores alterados. Assim, o valor repassado por aluno de creche em período integral e do ensino médio do campo passou para R\$ 1,30. No entanto, apesar do aumento contínuo, as creches de tempo integral e de período parcial não têm atualização

desde 2008 e permanecem até agora com o peso de ponderação de R\$ 0,80.

Ziulkoski julga a situação bastante preocupante. “É um desafio a ser enfrentado, pois a lei determina que os fatores de ponderação sejam definidos a partir do custo real de cada etapa. E isso não vem sendo cumprido pelo MEC, desde a implantação da lei do Fundeb”, afirma. O líder municipalista reclama que até o momento nem estudos de custo-aluno foram feitos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Inep).

“Desde a criação do Fundeb, esses estudos não foram realizados e, atualmente, embora as creches possuam o maior custo da educação básica, o peso definido para esse segmento no período parcial é um dos menores”, questiona o presidente da CNM.

Dados do Custo Aluno-Qualidade (CAQi), elaborados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, provaram que a creche é a etapa mais cara da educação básica, mas nem por isso os pesos de ponderação da creche são os mais

elevados. Situação que deixa Ziulkoski indignado.

Mudança imediata no quadro citado acima é uma das principais reivindicações dos gestores municipais. Liderados por Ziulkoski, os gestores pedem a elevação do peso de ponderação das creches públicas no Fundeb para que a oferta de creches com qualidade seja assegurada.

“Há seis anos, nós [a CNM e os Municípios] cobramos que os pesos do Fundeb fossem correspondentes ao custo real de cada etapa, especialmente ao da educação infantil”, relembrou. “O que se espera é que o MEC cumpra a lei”, complementa Ziulkoski.

A área técnica de Educação da CNM explica que a especificação dos fatores de ponderação fica sob a responsabilidade da Comissão Intergovernamental de financiamento para educação básica de qualidade. Essa equipe é formada por um representante do Ministério da Educação (MEC), cinco representantes de secretarias estaduais de educação e cinco de secretarias municipais de educação.

Cultura

Propostas determinam que Municípios apliquem porcentual mínimo em Cultura

Três Propostas de Emenda à Constituição (PECs) com textos semelhantes tramitam na Câmara dos Deputados para definir um porcentual mínimo a ser aplicado em Cultura, por União, Estados e Municípios. Todas elas consideradas inconstitucionais e de relevante impacto econômico pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Para a entidade, uma lei federal que estipule o quanto cada ente deve investir em um setor não leva em conta a autonomia da Federação, além de não considerar a realidade de cada um dos “Brasis” existentes em um só País.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, lembra

aos prefeitos que a entidade é integrante de comitês do Ministério da Cultura (MinC) que lutam pela valorização dos bens e patrimônios culturais. Mas que tais propostas não são garantia de melhorias para o setor. Ele defende: “não somos contra a aplicação de porcentuais em Cultura. Somos contra a constitucionalidade de valores, porque cada prefeito deve avaliar, de acordo com a realidade local, quanto pode ser investido na área”.

Numeradas como PEC 324/2001, 150/2003 e 458/2010, as propostas obrigam os Municípios a aplicarem um porcentual de 6%, 1% e 3% da Receita Corrente Líquida (RCL), respectivamente. Estados e

União têm valores diferentes em cada proposição.

COMPROMETIMENTO DE OUTROS SETORES — A Confederação Nacional de Municípios observa que a receita municipal é comprometida com 25% para Educação, 15% para Saúde e 54% das despesas com pessoal, assim torna-se complicado o financiamento de outros setores, como habitação, saneamento e assistência social, por exemplo. “Os Municípios enfrentam dificuldades no atendimento das obrigações constitucionais e legais que determinam a destinação de porcentuais fixos de receita, sem estabelecer a origem dos recursos para cumprir estes encargos”, explica Ziulkoski.

Finanças

Recursos energéticos ganham espaço em Municípios do Sul

O Brasil é o décimo país que mais investe em energia limpa no mundo. Foram gastos US\$ 8 bilhões pelo País no setor, em 2011, contra os US\$6,9 bilhões do ano anterior, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Aproveitando essa onda de investimentos, 55 Municípios de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul fecharam um acordo de cooperação para investir R\$ 11,5 milhões no uso racional de recursos energéticos.

O projeto intitulado Alto Uruguai conta com o apoio de empresas energéticas estaduais, propõe ações no uso racional de energia e deve instalar 40 biodigestores e quatro minicentrals termoe-létricas nos Municípios cooperados.

Os Municípios abrangidos foram selecionados a partir de três critérios básicos: serem ribeirinhos

ou contíguos a Municípios ribeirinhos do alto rio Uruguai e abrigarem a criação de suínos e aves.

Os biodigestores, que devem ser instalados em até quatro anos, farão o processamento de dejetos suínos. Nesse sistema, um dos produtos é o metano, que serve de combustível para geração de energia. O excedente é utilizado como biofertilizante.

O gás criado vai alimentar as minicentrals termoe-létricas e também pode ser usado para consumo próprio do agricultor. Assim, os produtores rurais economizam na compra de energia e de adubo. É possível que, no futuro, os agricultores também possam vender o excedente de gás.

O projeto é pioneiro, pois o Município de Chapecó (SC) vai receber a primeira central de

energia elétrica do Brasil de hidrogênio movida a biogás de dejetos de suínos, a unidade será capaz de produzir 27.623KW de energia por ano.

A utilização desses recursos deve evitar a emissão de 1,6 milhão de metros cúbicos de gás na atmosfera por ano e devem ser tratados mais de 147 mil litros de dejetos por dia.

Além da geração de energia limpa, o projeto aposta em conscientização e pretende capacitar dois mil professores da rede municipal de ensino nesses Municípios, mil agentes comunitários e fazer um levantamento para identificar locais para possível redução de energia.

A primeira etapa do projeto Alto Uruguai, concluída em 2010, atingiu 29 Municípios nos dois Estados, onde foram instalados 35 biodigestores.

Institucional

CNM pede veto e alteração de prazo em lei

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) enviou para a presidente da República, Dilma Rousseff, dois ofícios sobre temas atualmente relevantes para a gestão municipal. Os documentos, entregues na sexta-feira, 20 de julho, tratam do prazo para entrega dos Planos Nacionais de Resíduos Sólidos e das alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em relação aos Conselhos Tutelares.

No primeiro ofício, a CNM reconheceu a importância da Lei 12.305/2010, conhecida como Lei dos Resíduos Sólidos. Porém, a entidade solicita à presidente a prorrogação do prazo de dois anos, estipulado na legislação, para entrega dos Planos Nacionais de Resíduos Sólidos. Pela regra vigente, os Municípios têm até 2 de agosto para apresentar esse planejamento, e, caso isso não ocorra, as prefeituras ficam impedidas de receber recursos para o setor.

A Confederação considera o prazo "inconveniente" por conta do período das eleições municipais. Com o final da gestão de alguns prefeitos e início para outros, essa não seria a melhor data na avaliação da CNM. No ofício entregue à presidência, a entidade sugere novo prazo: dia 31 de dezembro de 2013. Este também é o limite para entrega dos Planos Municipais de Saneamento Básico. Com o prazo estendido, os prefeitos teriam como acrescentar o Plano nos orçamentos do primeiro ano de mandato.

CONSELHOS TUTELARES – O segundo ofício pede à presidente Dilma o veto ao substitutivo do Projeto de Lei do Senado (PLS) 278/2009, que modifica cinco artigos do ECA. Entre eles, a alteração ao artigo 134 do Estatuto possui grande impacto orçamentário para os Municípios, pois estabelece novas regras de trabalho para os conselheiros tu-

telares, inclusive remuneração a ser prevista em lei municipal.

Para a CNM, "ainda que o substitutivo tenha demonstrado boa intenção, o art. 134 [do PLS] coloca a gestão de importantes elementos do ECA sob sério risco nas esferas municipais".

O impacto anual previsto pela CNM, caso o artigo não seja vetado pela presidente, está entre os R\$ 277 milhões e os R\$ 554 milhões apenas com os pagamentos dos conselheiros tutelares. Esse cálculo tem como base um Conselho Tutelar por Município, mas, na realidade, os entes com número alto de habitantes possuem mais de um Conselho.

Apesar do alerta da Confederação em relação aos Conselhos Tutelares, o presidente em exercício, Michel Temer, sancionou a lei sem vetar o artigo 134. A lei foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), no dia 26 de julho.

Educação

Música, clima e robótica viram estímulos para os alunos

Em Araxá (MG), no Alto Paranaíba, os professores esbanjam criatividade para chamar a atenção dos alunos. As escolas buscam alternativas para diversificar a maneira de ensinar por meio da música, da robótica e até do clima. Para atrair o interesse dos alunos, foi montada uma miniestação climatológica que funciona no pátio de escola do Município.

Os professores têm buscado formas de adaptar o conteúdo para que fique mais interessante para os alunos. E tem dado certo, segundo a coordenadora de Educação, Sueli Aparecida Ramos. “É fato que, quando os alunos estão envolvidos no projeto, eles começam a ter um entendimento melhor nas matérias. E usamos isso no dia a dia. Temos localização geográfica, altitude e longitude que são matérias que eles estão estudando, podemos transformar isso em gráficos e dados estatísticos, que é o que eles estão estudando em Matemática”, explicou.

E os robôs agora fazem parte do dever de casa e são uma realidade em outra escola do Município. Mas nada de moleza para os alunos. Eles têm de montar e programar cada um. Cerca de 100 robôs podem ser montados e estão disponíveis para as aulas. “Enquanto os alunos pensam na produção dos robôs, nós da escola estamos pensando mais nos relacionamentos entre eles, na convivência. São atitudes que eles vão incorporando e vão usando no dia a dia”. São resultados positivos, acrescentou o professor Marcos Antônio Bastos Bonfim.

Em outra escola já existem novos talentos. O entusiasmo com a música começou nas aulas de inglês. Os alunos escolheram uma música e a partir daí eles criaram cinco exercícios usando o que foi aprendido na sala de aula.

A coordenadora de Educação afirma que o interesse dos alunos tem aumentado graças às boas ideias dos professores, que podem contar com o incentivo da prefeitura para se qualificar, capacitar e fazer novos cursos. “Investimos no setor e cedemos novas possibilidades para os profissionais de educação melhorarem o ensino local”, explica.

Sueli conta que, segundo relato dos professores e dos próprios alunos envolvidos, estudantes que realizam projetos de aprendizagem desenvolvem competências que auxiliam na aprendizagem em sala de aula, bem como para a vida pessoal e social: “são mais críticos, participativos, autônomos, criativos, têm boa oralidade e autoconfiança, disposição para trabalhar em grupo, pesquisam, leem e escrevem mais, administram melhor o seu tempo, têm uma boa interação com os colegas e professores, dentre tantas outras competências observadas e constatadas”, revela a coordenadora.



Prefeitura de Araxá

TURMAS MENORES

Outra medida da Secretaria de Educação para melhorar a atenção dos alunos é a redução das turmas para 40 alunos. Na Escola Estadual Dom José Gaspar, a maioria das turmas do ensino médio tem 40 ou mais alunos. A diretora Maria Cristina Cunha argumenta que com menos estudantes por sala o aprendizado evolui mais. “Hoje, os alunos são muito desinteressados, tudo serve como distração. Em número mais reduzido, o professor consegue trabalhar com mais facilidade”, conta.

Segundo Sueli, a Secretaria de Educação também ampliou a carga horária de trabalho para que os professores orientadores retornem no período extraturno para acompanhar o desenvolvimento dos projetos dos alunos. Para o 2º semestre, a perspectiva é aumentar o número de turmas, alunos e professores envolvidos.

“Atualmente, todas as escolas urbanas e rurais contam com laboratório de informática, adquirido pela Secretaria de Educação, com conexão banda-larga e professor coordenador na sala para apoiar o trabalho dos professores e incentivar o uso das novas ferramentas”, garante Sueli.

AUMENTO DE RENDIMENTO ESCOLAR

As inovações que o Município vem aplicando na educação têm ajudado a melhorar o rendimento escolar na região. De acordo com os dados da Secretaria de Educação, em 2009, as reprovações estavam em 22%; em 2011, elas caíram para 8%. Segundo a coordenadora Sueli, os números só demonstram o trabalho excelente que é realizado pelos professores de Araxá. “Em 2009, o número de aprovados era de 78%; e, em 2011, chegou a 92%, graças aos estímulos na educação”, relata.

As escolas de Araxá estão bem avaliadas, segundo critérios do Ministério da Educação (MEC). A nota média de 6,3 alcançada no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas da cidade é maior do que as médias estadual (5,8) e nacional (3,5).

Educação

Oficina do Pensar e Agir: alunos aprendem brincando

Uma novidade encanta crianças e adolescentes do Município catarinense de Abelardo Luz. Elas contam com uma nova ferramenta para sua educação. De maneira divertida e desafiadora, 200 alunos de três projetos sociais do Município aprendem a desenvolver a criatividade, o espírito de equipe e o raciocínio lógico.

O projeto *Oficina do Pensar e Agir* – implantado no Município, em junho deste ano – inclui uma série de jogos de tabuleiro com atividades lúdicas que contam histórias milenares. Ao todo, são 22 jogos divididos em duas maletas: uma para crianças de 6 a 11 anos e outra para adolescentes de 11 a 15 anos.

O monitor do projeto, professor Antônio Travassos, explica que as atividades são carregadas de muitas histórias. “Os jogos foram jogados por faraós no Egito, há cerca de 3.500 anos e pelos índios brasileiros antes do descobrimento. Hoje, por meio do projeto, as crianças podem praticá-los também”, explica. Segundo o professor, a aceitação dos alunos é excelente. “Eles já pegam as regras dos jogos, leem sozinhos e já começam a brincadeira. Durante a aula, é um silêncio imenso na sala, porque eles estão concentrados na atividade”, conta Antônio.

O objetivo da oficina no Município, de acordo com a coordenadora do projeto, a secretária de Cultura Jocélia Quadro, é melhorar o rendimento escolar dos alunos. “Durante as aulas, algumas crianças e adolescentes não param, não têm con-



Antônio Travassos

desses alunos.

Os irmãos Ademir Galvão Júnior (11 anos) e Karine Galvão (13) são alunos do Programa Madre Bernarda e participam do projeto. Os dois estão empolgados com os jogos. “Nunca tive uma aula dessas antes. É muito divertido. O jogo que mais gosto é o jogo da velha”, relata o garoto. Já para Karine, a aplicação dos jogos os incentiva a pensar e agir e ter decisões acertadas no futuro. “Depois do projeto, minha concentração durante as aulas melhorou. Antes eu conversava bastante na sala de aula, agora presto mais atenção, estou mais quieta”, conta a jovem.

PROJETO NA REDE MUNICIPAL

De acordo com Antônio Travasso, o Projeto *Oficina do Pensar e Agir* também é aplicado em algumas escolas de Belo Horizonte (MG). Por enquanto, em Abelardo Luz (SC), só os alunos dos projetos AABB Comunidade, Madre Bernarda e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do Município contam com a oficina.

Segundo a secretária de Cultura, há intenção da prefeitura de aplicar o projeto para toda a rede de ensino municipal de Abelardo Luz. “Estamos fazendo primeiro a experiência com as crianças atendidas pelos projetos sociais. E já constatamos bons resultados. A previsão é que o projeto se estenda aos alunos da rede municipal no início de 2013”, adianta.

centração nem espírito de equipe. Isso reflete no rendimento escolar delas. O projeto é uma grande oportunidade para desenvolverem a área cognitiva, o espírito de equipe e a concentração”, relata.

DIFERENÇA PARA O FUTURO

Segundo a secretária, a oficina trabalha a amplitude da cultura, a visão espacial e a agilidade mental dos alunos. “As estratégias constantes dos jogos serão levadas para a vida inteira pelas crianças. Se eu tivesse tido a mesma oportunidade, muitas decisões poderiam ter sido diferentes na minha vida. Talvez eu tivesse uma visão e uma reação diferentes para solucionar problemas”, comenta. Jocélia acredita que a *Oficina do Pensar e Agir* pode fazer a diferença no futuro

Combate às drogas

Mais de 776 mil quilos de maconha e cocaína apreendidos no País

Dados repassados pela Polícia Federal ao *Observatório do Crack* da Confederação Nacional de Municípios (CNM) mostram que no período de 2008 a 2012 (dados preliminares) um total de 131.000 quilos de cocaína e 645.158 de maconha foram apreendidos em todo o País.

Encaminhados pelo chefe da Divisão de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal (PF), delegado Cassius Valentim Baudelli, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, destaca que os números comprovam a importância da segunda etapa da pesquisa do *Observatório do Crack*. “Nesta nova fase, vamos levantar informações que envolvem os 16 mil km da área de fronteira, abrangendo 588 Municípios em 11 Estados, que correspondem a 27% do território brasileiro”, adianta.

Com base nos dados fornecidos pela Divisão de Repressão a Entorpecentes da PF, a CNM mostra os Estados com maior quantidade de drogas apreendidas em cada uma das 5 regiões do País.

REGIÃO NORTE

Composta por 7 Estados, ocupando a metade do território brasileiro e tendo uma densidade demográfica baixa, registrou no período 2008/2012 a apreensão de 21.584 quilos de cocaína e 2.543 de maconha. Os Estados do Amazonas, do Acre e de Rondônia fazem fronteira com Peru, Colômbia e Bolívia, reconhecidamente produtores de drogas.

REGIÃO NORDESTE

Com 9 Estados é a maior do Brasil. Mesmo sendo o local onde se localiza o chamado “polígono da maconha”, a região não aparece com

destaque na apreensão de drogas. A PF apreendeu 36.534 quilos de maconha e 8.888 de cocaína.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Os dados da PF revelam que mesmo sendo uma região pequena composta por 4 Estados, aparece no *ranking* das maiores apreensões com o registro de 33.700 quilos de cocaína e 263.210 de maconha. No Centro-Oeste, estão dois grandes Estados em faixa de fronteira com o Paraguai e a Bolívia: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As estatísticas levantadas pela PF indicam o Mato Grosso como segundo lugar no *ranking* nacional das apreensões de cocaína, com 16.265 quilos entre os anos de 2008 e 2012.

Já o Mato Grosso do Sul aparece como o Estado de maior apreensão de maconha e cocaína somadas, perfazendo a quantidade de 256.272 quilos. Desse total, 242.141 quilos foram de maconha.

REGIÃO SUDESTE

Na região Sudeste, composta por 4 Estados, foram apreendidos 26.694 quilos de cocaína e 111.879 quilos de maconha. São Paulo e Rio de Janeiro são Estados brasileiros com alta taxa populacional, sendo o primeiro o mais populoso do Brasil. No Rio de Janeiro foram apenas 8.110 quilos de maconha e 1.894 quilos de cocaína.

O Estado de São Paulo ficou em terceiro lugar na lista de apreensões de maconha e cocaína realizadas pela Polícia Federal entre os anos de 2008 a 2012. Na avaliação dos dados nacionais, São Paulo ficou em primeiro lugar na apreensão de cocaína e seus derivados, com 21.758 quilos.

REGIÃO SUL

Composta por 3 Estados, a região Sul foi cenário de apreensão de 12.488 quilos de cocaína e 258.639 quilos de maconha, entre os anos de 2008 e 2012. No Estado do Rio Grande do Sul, foram apreendidos 9.741 quilos de maconha, enquanto a cocaína apareceu apenas com 1.956 quilos. As apreensões no Estado de Santa Catarina também não foram em grande escala: em relação à maconha foram 5.725 quilos e de cocaína, 1.664 quilos.

Conforme os dados da Polícia Federal, o Paraná fica em segundo lugar no *ranking* nacional de apreensão de cocaína e maconha somadas, totalizando 252.041 quilos. Dado que chama atenção é referente à quantidade somente de maconha retida pelos policiais, 243.173 quilos, o que caracteriza o Estado como primeiro colocado em apreensão desta droga.

FRONTEIRA

O *Observatório do Crack* está agora desenvolvendo uma nova fase em seu trabalho de pesquisa junto aos gestores: quer conhecer a realidade nos 588 Municípios de Fronteira do Brasil, ouvindo seus gestores para conhecer a realidade que enfrentam em relação às drogas.

A nova ferramenta é um complemento ao sistema de informação, seguindo a estrutura inicial, ampliando dados sobre a rede de assistência ao dependente químico, instrumentos existentes para o combate ao tráfico, planos e programas existentes.